

REPRESENTAÇÃO LEXICAL DA PRESSUPOSIÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO PSICOLINGÜÍSTICA*

Luiz Arthur PAGANI

RESUMO Neste texto, apresento os principais assuntos abordados na minha dissertação de mestrado, cujo assunto central foi a pressuposição. Num primeiro momento desta dissertação, procurei compreender as primeiras noções modernas sobre a pressuposição, discutidas entre os lógicos a partir do ressurgimento da Lógica, no final do século passado, representados por Frege, Russell e Strawson. Logo a seguir, procurei na Lingüística a repercussão desta discussão, iniciada com Fillmore (1969) e, principalmente, com Kiparsky & Kiparsky (1970). Também na Lingüística a questão da pressuposição suscitou muitas discussões, como pode-se comprovar nos artigos de Karttunen (1971 e 1973), e Karttunen & Peters (1979), todos resenhados na dissertação. Finalmente, a pesquisa termina tentando localizar os trabalhos de psicolingüística experimental que procuraram encontrar evidências psicológicas para o fenômeno da pressuposição. Como a dissertação se centrava fundamentalmente na Semântica, sem grandes pretensões psicolingüísticas, escolhi apenas dois experimentos que me pareceram representar dois extremos do trabalho psicolingüístico experimental: o de Harris (1974) e o de Inhoff (1985).

ABSTRACT In this paper I present the central questions of my master dissertation that was mainly concerned with presupposition. First in my dissertation I have attempted to understand the earlier modern notions about presupposition brought into light by a discussion among the logicians Frege, Russell and Strawson, initiated with a revival of Logic at the end of last century. At the sequence I have looked for the effects of this discussion on Linguistics. The first articles regarding presupposition were Fillmore (1969) and Kiparsky & Kiparsky (1970) - this apparently with more repercussion. Within Linguistics the questions about presupposition also installed many discussions like those of Karttunen (1971 and 1973), and Karttunen & Peters (1979), all three reviewed in my dissertation. Finally, the research finishes reviewing two papers about the psychological evidences of presupposition. As my principal interests were on Semantics, not on Psycholinguistics, I have chosen to review only two papers that I

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado com o mesmo título apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, em 20 de março de 1996, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Françaço.

INTRODUÇÃO

Como toda a minha pesquisa durante o mestrado sempre esteve ligada ao trabalho experimental do Prof. Dr. Edson Françaço, o objetivo principal da minha dissertação foi o de procurar compreender um pouco melhor o fenômeno da pressuposição, para tentar colaborar, quando possível, no embasamento teórico da elaboração dos seus experimentos sobre esta questão.

Como o termo **pressuposição** tem sido usado, dentro e fora da Lingüística, para designar alguns fenômenos bastante distintos, alguns de ordem semântica e outros de ordem pragmática, o primeiro grande limite foi imposto pelos próprios interesses experimentais, que era o de saber de que forma um item lexical que introduz um determinado procedimento inferencial interfere no processamento cognitivo. Esse interesse pela parte lexical e cognitiva do fenômeno é que circunscreveu o trabalho à representação semântica de verbos como os factivos e os implicativos, excluindo algumas abordagens pragmáticas, como as de Kempson (1975), de Wilson (1975) e de Gazdar (1979); daí a segunda parte do título da minha dissertação.

E para cumprir esse objetivo escolheu-se iniciar a pesquisa por uma breve excursão histórica às primeiras discussões modernas sobre a pressuposição, ocorridas nos debates ligados ao ressurgimento da Lógica; essa escolha justifica-se ainda pelo fato dessa Lógica ter inspirado uma das maiores correntes da moderna Semântica Lingüística. Para isso, três autores nos pareceram importantes: Frege, Russell e Strawson; no entanto, não se deve esperar uma exegese de toda a obra desses autores, pois o que se pretendia era averiguar o que essas pessoas tinham dito sobre a pressuposição nos seus textos mais citados sobre essa questão. Para a parte lingüística, os textos escolhidos foram o de Kiparsky & Kiparsky (1970), os de Karttunen (1971 e 1973), e o de Karttunen & Peters (1979); os primeiros se justificavam não só por sua importância dentro da tradição lingüística dos estudos pressuposicionais, mas ainda devido ao fato de terem inspirado os experimentos psicolingüísticos cujos relatos seriam resenhados na última parte da minha dissertação; o último foi incluído também não só pela sua importância lingüística, mas pelas possíveis conseqüências que ele parece oferecer para uma reflexão cognitiva. E finalmente, para a parte cognitiva, tivemos a oportunidade de apreciar os artigos de Harris (1974) e de Inhoff (1985), principalmente em relação à maneira pela qual a pressuposição foi inserida como variável experimental; também aqui os limites foram ditados pelos interesses do trabalho experimental ao qual eu estava associado, por isso não se procurou incluir algum experimento mais recente.

Frege

Normalmente costuma-se atribuir a Gottlob Frege, a primeira referência moderna ao termo **pressuposição**¹. No seu famoso texto “Sobre o sentido e a referência” (“Über Sinn und Bedeutung”, Frege, 1892), ele recorre a esse termo quando menciona que a negação da sentença “Kepler morreu na miséria” não corresponde a “Ou Kepler não existe ou ele não morreu na miséria”; para Frege, o fato da existência de uma referência para o nome “Kepler” ser uma exigência tanto da afirmativa quanto de sua respectiva negação a caracteriza como uma pré-condição, de nível diferente daquilo a que ele chama de **sentido**.

Essa concepção fregeana da pressuposição como pré-condição que não é afetada pela negação tem sido freqüentemente usada pelos semanticistas até mesmo como definição de pressuposição, que ficou conhecida como “teste da negação”.

Russell

Já Bertrand Russell, em seu texto “Sobre a denotação” (“On denoting”, Russell, 1905), ao contrário de Frege, não vê motivos para separar a pressuposição do sentido; ou seja, para ele, a pressuposição não existe, e efetivamente ele nem chega a mencionar o termo nesse seu artigo.

Para sustentar sua posição, Russell recorre a argumentos baseados em dois paradoxos - o da identidade e o das proposições existenciais negativas - e a um princípio - o da não contradição.

Apenas a título de ilustração, nos deteremos sobre o que me parece o mais simples de se compreender: o argumento do paradoxo das proposições existenciais negativas. Segundo Russell, se Frege estivesse certo, uma sentença como “O rei da França não existe” criaria um paradoxo, pois a existência do rei da França estaria sendo ao mesmo tempo pressuposta e negada.

A solução que Russell propõe postula que a sentença “O atual rei da França não é careca” seja ambígua; ou seja, ela seria falsa se fosse entendida como ‘existe uma entidade que nesse momento é rei da França e não é careca’, mas seria verdadeira se fosse entendida como ‘é falso que exista uma entidade que nesse momento seja rei da França e também seja careca’.

A postulação dessa ambigüidade, que torna a negação algo mais complexo do que parece, pode ter sido motivada por uma necessidade de manter apenas duas possibilidades para os valores de verdade - o verdadeiro e o falso - ao contrário da posição fregeana, que exige três possibilidades - além dos dois valores anteriores, o “nem verdadeiro nem falso” é necessário para os casos em que a pressuposição não é satisfeita. Por outro lado, no entanto, devo confessar que ainda não consigo ver como essa ambigüidade da negação superaria completamente o paradoxo: se “O rei da França é careca” não é uma sentença ambígua, mas “O rei da França não é careca” é, apenas uma das interpretações dessa última não é contraditória com a primeira, já a outra necessariamente a contradiz.

¹ O termo original alemão é *Voraussetzung*, que significa “condição prévia”.

Strawson

A noção de pressuposição é novamente valorizada pelo trabalho de Peter Frederick Strawson, principalmente no seu artigo “Sobre referir” (“On referring”, Strawson, 1950) e no seu livro **Introduction to Logical Theory** (Strawson, 1952).

Recorrendo à pressuposição, Strawson procura recuperar o prestígio da lógica aristotélica; para ele, as relações entre os enunciados categóricos de tipos *A*, *E*, *I* e *O* só deixam de valer quando alguma de suas pressuposições não for satisfeita.

No entanto, Strawson não se restringiu apenas a reproduzir a concepção fregeana de pressuposição; ao afirmar que “se alguém pronunciasse (*uttered*) seriamente a sentença em questão [“O rei da França é sábio”], a sua elocução (*his uttering*) constituiria, em certo sentido, *evidência* de que *acredita* que existe um rei da França” (Strawson, 1950:159 - tr. port.), ele pode ter se tornado inspiração para os estudos semânticos lingüísticos que consideram a pressuposição um fenômeno pragmático.

Kiparsky & Kiparsky

Se podemos considerar Frege o introdutor do termo **pressuposição** na Lógica, esse papel dentro da Lingüística pode ser atribuído a Fillmore (1969) e a Kiparsky & Kiparsky (1970).

Desenvolvido dentro da semântica gerativa, o trabalho do casal Kiparsky, mais ostensivamente do que o de Fillmore, procurou relacionar às restrições pressuposicionais de certos predicados, como “lamentar” (“*regret*”), algumas de suas idiossincrasias complementacionais, como a possibilidade de vir seguido de um sintagma nominal iniciado por “o fato de” e, para o português, a impossibilidade de vir seguido por complemento sentencial no perfeito simples (* *Pedro lamenta que perdeu a chave*, *Pedro acha que perdeu a chave* e *Pedro lamenta ter perdido a chave*).

Ao distinguirem asserção e pressuposição, no entanto, os Kiparsky parecem estar simplesmente aplicando a concepção strawsoniana de pressuposição (em Kempson 1977:141n, encontra-se um testemunho sobre a maior influência de Strawson do que a de Frege).

Karttunen

Lauri Karttunen, em “Implicative verbs” (1971), mostrou que além dos factivos, outros verbos também apresentavam padrões inferenciais. O que ele aponta é que certos verbos fazem com que as sentenças em que ocorrem se tornem condições necessárias, suficientes ou necessárias e suficientes - seja para a afirmação, seja para a negação - de seus complementos. Assim, pode-se esperar que existam seis categorias para os verbos implicativos: 1) os de condição necessária e suficiente para a afirmação do seu complemento; 2) os de condição necessária e suficiente para a negação do seu complemento; 3) os de condição necessária para a afirmação do seu complemento; 4) os de condição necessária para a negação do seu complemento; 5) os de condição suficiente para a afirmação do seu complemento; e 6) os de condição suficiente para a negação do seu complemento.

Para exemplificar, nos ateremos a um verbo do primeiro tipo, e que Karttunen chama apenas de **implicativo** (os do segundo tipo são chamados de **implicativos**

negativos, já os verbos dos outros tipos não recebem nenhuma designação específica). Segundo Karttunen, a partir de uma sentença como “Pedro conseguiu resolver o problema”, bem como de “Pedro lamentou ter resolvido o problema”, apesar das pequenas diferenças sintáticas, é possível inferir que o problema tenha sido resolvido; no entanto, se de “Pedro não lamentou ter resolvido o problema” também se pode inferir que o problema tenha sido resolvido, de “Pedro não conseguiu resolver o problema” só se pode inferir que o problema **não** tenha sido resolvido.

Em seguida, com o artigo “Presuppositions of compound sentences” (1973), Karttunen procurava dar conta do que ficou conhecido como o problema da projeção: alguns predicados permitem que todas as pressuposições do complemento sejam herdadas pela principal, outros não permitem que nenhuma pressuposição seja transferida do complemento para a principal, e um terceiro tipo só permite a transferência sob certas condições. Para designá-los, Karttunen chamou-os, respectivamente, de **furos**, **tampas** e **filtros** (*holes*, *plugs*, *filters*). Os factivos e todos os seis tipos de implicativos estariam entre os furos; dentre as tampas estariam os performativos e os predicados criadores de mundo, como “sonhar”; como filtros, Karttunen apresenta fundamentalmente os conectivos “se... então”, “... e...” e “ou... ou...”, cada um apresentando condições diferentes de filtragem.

Karttunen & Peters

O mesmo Lauri Karttunen, junto com Stanley Peters, no texto “Conventional implicature” (1979), apresenta uma solução para implementar a distinção strawsoniana entre asserção e pressuposição, através de uma formalização montagueana.

Ainda que para mim definitivamente não tenha ficado tão claro, tanto no texto citado quanto no próprio texto de Grice (1975), os autores parecem estar entre os que considerariam a pressuposição como um fenômeno pragmático, o que os colocaria fora do âmbito de interesse da dissertação. Mas mesmo que isso se confirmasse, o interesse por esta solução de Karttunen & Peters se justifica à medida que eles propõem uma espécie de processamento paralelo: concomitantemente ao cálculo intensional da tradição montagueana, as implicaturas convencionais estariam sendo calculadas por um outro procedimento, também sujeito à mesma álgebra do intensional.

Harris

Em “Memory and comprehension of implications and inferences of complex sentences” (1974), Harris relata um experimento cujo objetivo era comparar duas hipóteses rivais para a previsão do valor de verdade do complemento de uma sentença, através de um julgamento de uma tarefa que não concorre com nenhuma outra, conhecido na literatura como *off-line*.

Para isso, ele determina oito classes de predicados: um neutro (não-factivo), cinco dos seis tipos de implicativos de Karttunen, o factivo dos Kiparsky e um factivo negativo, que ele chama de “contrafactivo”. Como predicado e complemento podem ocorrer afirmativa ou negativamente, cada uma das sentenças construídas com eles pode assumir quatro formatos.

Assumindo as estipulações dos Kiparsky e de Karttunen, que ele chama de “hipótese lógico-lingüística”, ele pode prever o valor de verdade de cada um dos formatos das sentenças. Para os factivos, por exemplo, ele pode dizer que, quando tanto o predicado quanto o complemento são afirmativos, a sentença impõe a verdade do complemento; já quando o predicado é afirmativo, mas o complemento negativo, impõe-se a falsidade do complemento; se, por outro lado, o predicado for negativo e o complemento afirmativo, o complemento precisa ser verdadeiro; e, finalmente, caso sejam negativos tanto o predicado quanto o complemento, a falsidade do complemento é que se torna necessária.

A essa hipótese, ele opôs uma outra que envolve as “inferências convidadas”. Em um artigo publicado em 1971 na *Linguistic Inquiry*, Geis & Zwick observam que, quando se inicia nos estudos lógicos, costuma-se cometer alguns equívocos atribuíveis a inferências precipitadas. Talvez baseados em implicaturas conversacionais griceanas, muitas vezes inferimos inadvertidamente de “Se Pedro cortar a grama, ele ganha dez reais” e de “Pedro ganhou dez reais”, que “Pedro cortou a grama”; a Lógica, contudo, classificaria essa conclusão como uma falácia.

Desse modo, o que ele chama de “hipótese inferencial” prevê alguns resultados diferentes dos previstos pela hipótese lógico-lingüística. Sobre os não-factivos, por exemplo, ao contrário da hipótese lógico-lingüística, que não pode prever o valor do complemento para nenhum dos formatos, a hipótese inferencial apresenta as seguintes previsões: 1) predicado e complemento afirmativos: complemento verdadeiro (“Pedro disse que resolveu o problema” portanto “Pedro resolveu o problema”); 2) predicado afirmativo e complemento negativo: complemento falso (“Pedro disse que não resolveu o problema” portanto “Pedro não resolveu o problema”); 3) predicado negativo e complemento afirmativo: complemento verdadeiro (“Pedro não disse que resolveu o problema” portanto “Pedro resolveu o problema”); e 4) predicado e complemento negativos: complemento falso (“Pedro não disse que não resolveu o problema” portanto “Pedro não resolveu o problema”).

Harris executa o experimento sob duas condições de julgamento:² ele pede que os sujeitos avaliem o valor de verdade do complemento logo após a apresentação de cada sentença, o que ele chama de “condição de compreensão”, ou após um bloco de sentenças, o que ele chama de “condição de memória”. O que ele constata, através de uma análise estatística dos dados obtidos, é que a hipótese inferencial prevê melhor os resultados obtidos sob a condição de memória, enquanto que a condição de compreensão é prevista mais adequadamente pela hipótese lógico-lingüística.

Apesar da metodologia pouco elaborada de que se utiliza, esse experimento é interessante por concluir que as hipóteses não sejam rivais e sim concorrentes; ou seja, Harris parece sugerir que em momentos diferentes do processamento cognitivo o seu controle é assumido por estratégias distintas.

² Na verdade, há uma terceira condição que não será comentada aqui.

Inhoff

Ao contrário de Harris, em “The effect of factivity on lexical retrieval and postlexical processes during eye fixations in reading” (1985), Inhoff narra um experimento em que se procura medir apenas o efeito da factividade no processamento das sentenças. Mas como se pretende medir esse efeito durante o processamento (para tentar responder se a pressuposição afeta o processamento lexical ou se só ocorre pós-lexicalmente), Inhoff monitora a interferência de uma tarefa sobre outra que esteja sendo realizada paralelamente, ou seja, *on-line*.

Para o experimento, Inhoff elaborou pequenos textos que devem ser apresentados aos sujeitos, de forma que eles apresentem em algum ponto uma sentença com um verbo ou factivo ou não-factivo. Ou seja, esses textos incluíam sentenças como “Ele sabia que dois mais dois são três”, ou “Ele disse que dois mais dois são três”. Para essas sentenças, ele registrava o tempo gasto na leitura dos verbos factivos e não-factivos e na da palavra que estabelecia a contradição (“três”, no nosso exemplo).

Como geralmente o olho não se detém, durante a leitura, apenas uma única vez sobre uma mesma palavra, executando um movimento constante de ir e vir, foram feitos dois tipos de medições: mediu-se o tempo gasto durante a primeira vez que uma palavra era focalizada, chamado de tempo de primeira fixação (*first fixation*), e o tempo de todas as vezes que o olho se deteve sobre a mesma palavra, chamado de tempo de observação (*gaze*).

Também através de uma análise estatística, Inhoff conclui que a única diferença significativa só ocorre entre os tempos de observação do complemento contraditório. Como, segundo Inhoff, o tempo de primeira fixação parece refletir processamento lexical, enquanto que o tempo de observação deve refletir processamentos pós-lexicais, a sugestão é a de que os verbos factivos não envolvem uma carga lexical maior do que a dos não-factivos, como sua representação semântica parece sugerir; pelo contrário, os efeitos só parecem ter sido relevantes durante a integração final e, aí sim, os não-factivos sobrecarregaram menos o ponto de integração, que supõe-se estar nas proximidades do complemento contraditório.

CONCLUSÃO

Como foi possível observar, a partir dos dois experimentos resenhados, parece haver dois níveis em que a pressuposição parece atuar. O primeiro deles, apontado por Harris, é o das operações lingüísticas e não-lingüísticas envolvidas no seu processamento; o segundo é indicado por Inhoff e aponta para a distinção entre processos lexicais e pós-lexicais que seriam supostamente introduzidos por itens pressuposicionais. Considerando que esses dois níveis devem interagir entre si, poderíamos pensar em quatro alternativas à disposição dos falantes: 1) operações lexicais lingüísticas; 2) operações lexicais não-lingüísticas; 3) operações pós-lexicais lingüísticas; e 4) operações pós-lexicais não-lingüísticas; só para a questão da pressuposição, teríamos então quatro condições a serem testadas, e não apenas duas, como era previsto no experimento de Inhoff.

Um outra observação, esta já sobre a parte mais propriamente lingüística, que procurei fazer, através da tentativa de dar uma forma representacional aos tratamentos lingüísticos propostos pelos Kiparsky, por Karttunen e por Karttunen & Peters, é a de que a pressuposição (ou pelo menos uma parte do que é assim chamado) pode ser concebida como uma espécie de contra-escopo, introduzido por certos itens lexicais e por certas construções sintáticas, como as sentenças clivadas. Essa concepção não chega a ser propriamente diferente da de Karttunen, principalmente a dos furos, tampas e filtros; ela apenas procurar reformalizá-la em termos mais lógicos. A partir dessa concepção, por outro lado, ainda caberia à psicolingüística experimental se perguntar quais seriam os efeitos desse contra-escopo dentro dos níveis de oposição entre o lingüístico e o não-lingüístico, de um lado, e entre o lexical e o pós-lexical, de outro.

Para finalizar, é preciso dizer que eu não esperava, com esta dissertação, elaborar uma teoria coerente e coesa sobre a pressuposição. Meus objetivos, mais modestos e mais adequados, eram o de apresentar uma resenha eficiente dos principais textos que pudessem ser relevantes para a minha colaboração na preparação e no acompanhamento dos experimentos desenvolvidos pelo meu orientador. Acredito, então, que o que eu posso esperar dessa minha dissertação é que ela deva servir como guia inicial para os possíveis futuros colaboradores do Prof. Dr. Edson Françoze; para mim, enquanto sumário do meu trabalho, ela serviu como introdução (me alegraria bastante se, ao menos, tiver sido uma introdução relevante) a uma série de questões a que pretendo me dedicar futuramente.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFORADO, Paulo (ed.) (1978). **Gottlob Frege - Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix.
- COLE, P. & Morgan, J. (eds.) (1975). **Syntax and Semantics - Volume 3: Speech Acts**. New York: Academic Press.
- FILLMORE, Charles J (1969). Types of lexical information. In: Kiefer (ed.) (1969): 109-137.
- FREGE, Gottlob (1892). **Über Sinn und Bedeutung**. Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik, 100: 25-50. Trad. port.: Sobre o sentido e a referência; In: Alcoforado (ed.) (1978): 59-86, trad. Paulo Alcoforado.
- GAZDAR, Gerald (1979). **Pragmatics - Implicature, Presupposition, and Logical Form**. New York: Academic Press.
- GEIS, Michael L. & Zwicky, Arnold M (1971). On invited inferences. In: **Linguistic Inquiry**, 2 (4): 561-566.
- GRICE, H. Paul (1975). **Logic and conversation**. In: Cole & Morgan (eds.) (1975): 41-58.
- HARRIS, Richard J (1974). Memory and comprehension of implications and inferences of complex sentences. In: **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, 13: 626-637.
- INHOFF, Albrecht Werner (1985). The effect of factivity on lexical retrieval and postlexical processes during eye fixations in reading. In: **Journal of Psycholinguistic Research**, 14 (1): 45-56.

- KARTTUNEN, Lauri (1971). Implicative verbs. In: **Language**, 47 (2): 340-358.
- _____. (1973). Presuppositions of compound sentences. In: **Linguistic Inquiry**, 4 (2): 169-193.
- _____. & PETERS, Stanley (1979). **Conventional implicature**. In: Oh & Dinneen (eds.) (1979): 1-56.
- KEMPSON, Ruth M (1975). **Presupposition and the Delimitation of Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1977). **Semantic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press. *Cambridge Textbooks in Linguistics*.
- KIEFER, F. (ed.) (1969). **Studies in Syntax and Semantics**. Dordrecht: D. Reidel.
- KIPARSKY, Paul & KIPARSKY, Carol (1970). Fact. In Steinberg & Jakobovits (eds.) (1971): 345-369.
- LACEY, Hugh Matthew (ed.) (1989). **Bertrand Russell - Ensaios Escolhidos**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural. *Os Pensadores*.
- OH, Choon-Kyu & DINNEEN, David A. (eds.) (1979). **Syntax and Semantics - Vol. 11: Presupposition**. New York: Academic Press.
- RUSSELL, Bertrand (1905). **On denoting**. *Mind*, 14: 479-493. Trad.: Da denotação; in Lacey (ed.) (1989): 3-14, trad. Pablo Rubén Mariconda.
- SILVA, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da (ed.) (1989). **Ryle, Strawson, Austin & Quine - Ensaios**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural. *Os Pensadores*.
- STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. (eds.) (1971). **Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press.
- STRAWSON, Peter Frederick (1950). **On referring**. *Mind*, 59: 320-344. Trad.: Sobre referir; in Silva (ed.) (1989): 151-170, trad. Balthazar Barbosa Filho.
- _____. (1952). **Introduction to Logical Theory**. London: Methuen.
- WILSON, Deirdre (1975). **Presuppositions and Non-Truth-Conditional Semantics**. New York: Academic Press.